

# CURSO COMPLETO SOBRE PARECER JURÍDICO

## INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

📅 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023

### Apresentação

A manifestação jurídica desempenha papel fundamental na orientação e no embasamento de decisões na Administração Pública. Daí porque a importância de que seja ao mesmo tempo bem fundamentada, clara e objetiva a fim de que seja devidamente compreendida pelos agentes públicos.

Não é exagerado afirmar que o impacto do parecer jurídico excede à esfera técnica e que tem desdobramentos sociais na medida em que, muitas vezes, fundamenta a tomada de decisões que resultam na implementação de políticas públicas.

Devido à relevância da manifestação jurídica, o Tribunal de Contas da União considera possível a responsabilizar o autor do parecer jurídico que “não esteja fundamentado em razoável interpretação da lei, contenha grave ofensa à ordem pública ou deixe de considerar jurisprudência pacificada do TCU” (Acórdão 13375/2020-1ª Câmara).

Considerando a importância da manifestação jurídica, desenvolvemos uma capacitação inovadora com o objetivo de abordar os principais pontos de dúvidas que permeiam a atividade de procuradorias e assessorias jurídicas de todas as esferas da Administração quando da emissão de pareceres jurídicos.

Nesta capacitação, serão abordados temas como elementos do parecer jurídico, sua natureza jurídica, espécies de parecer jurídico, realização de diligências pelo parecerista, divergência de entendimentos na assessoria jurídica, responsabilidade do parecerista, questões práticas e jurídicas do parecer em matéria de licitações e contratos e muito mais!

Quer emitir pareceres jurídicos bem fundamentados e assertivos e que contribuam para a eficiência de seu órgão ou entidade? Então, vem se capacitar com a Inove!

### Objetivo

Tratar dos principais pontos que permeiam a atuação jurídica consultiva na Administração Pública e capacitar os participantes a elaborar manifestação consultiva com segurança jurídica, atendendo as demandas da Administração dentro da legalidade e nos limites praticados pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU.

# CURSO COMPLETO SOBRE PARECER JURÍDICO

## INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

📅 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023

### Público-alvo

Advogados, Procuradores, Assessores e Consultores Jurídicos e demais profissionais interessados que exerçam consultoria e assessoramento jurídico em todas as esferas da Administração Pública direta e indireta, inclusive empresas estatais.

### Professores



#### **Christianne Stroppa**

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.



#### **Renila Lacerda Bragagnoli**

Mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública (UBA), Especialização em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração (IDP). Advogada da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Chefe do Consultivo da Assessoria Jurídica.

# CURSO COMPLETO SOBRE PARECER JURÍDICO

## INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

📅 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023

### Professores



#### Rafael Sérgio Lima de Oliveira

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União - AGU e fundador do Portal L&C. Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma - Tor Vergata. Na AGU foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria-Geral Federal - PGF. Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública e professor de Licitação e Contrato nos cursos de Pós-graduação do Centro de Estudos Renato Saraiva - CERS, do Instituto Goiano de Direito - IGD, do ProJur e da UniAmérica. Professor e conferencista em diversos eventos nacionais e internacionais sobre licitação e contrato.

### Destaques do conteúdo

- ✓ Natureza jurídica do parecer
- ✓ Assessoramento jurídico como segunda linha de defesa
- ✓ Pareceres referências, orientações normativas internas e minutas padronizadas
- ✓ Apreciação pelo parecerista de ETP, TR e pesquisa de preços.

### Conteúdo programático

#### Parte 1 - Requisitos e elementos do parecer jurídico e a atividade do parecerista

*Christianne Stroppa*

1. O que é assessoramento jurídico?
2. O que é consultoria jurídica?
3. Qual a diferença entre ato e fato administrativo?
4. Parecer jurídico é ato administrativo?
5. Quais os requisitos do ato administrativo?
6. Cabe anulação ou revogação do parecer jurídico?
7. A teoria das nulidades do ato administrativo se aplica ao parecer jurídico?

# CURSO COMPLETO SOBRE PARECER JURÍDICO

## INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

📅 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023

### Conteúdo programático

8. Quais são as manifestações jurídicas?
9. O que é o parecer?
10. Qual a natureza jurídica do parecer?
11. Quais as espécies de parecer jurídico?
12. O que é um parecer normativo?
13. Quais são os efeitos que o parecer gera para o gestor público?
14. O que significa ser o parecer facultativo?
15. O que significa ser o parecer obrigatório?
16. O que significa ser o parecer vinculante?
17. Há uma forma válida para elaborar um parecer?
18. O que o parecerista precisa para fazer um parecer?
19. Quais são os elementos do parecer?
20. Qual o teor da ementa?
21. Qual o teor do relatório?
22. Qual o teor da fundamentação?
23. Cabe motivação genérica ou específica?
24. Qual o teor da conclusão?
25. É cabível decisão na conclusão?
26. Quais os cuidados na redação atinentes à linguagem utilizada no parecer?
27. Como citar doutrina?
28. Como citar jurisprudência?
29. O que significa colocar o órgão de assessoramento jurídico como segunda linha de defesa?

#### Parte 2 - Da atividade de assessoramento jurídico

*Rafael Sérgio Oliveira*

1. Espécies de órgãos de Assessoramento Jurídico.
2. Função dos órgãos de Assessoramento Jurídico: advocacia ou controle?
3. O perfil profissional do assessor jurídico das entidades de direito público e das empresas estatais.
4. A natureza do (en)cargo de assessor jurídico e suas diversas configurações.

# CURSO COMPLETO SOBRE PARECER JURÍDICO

## INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

📅 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023

### Conteúdo programático

5. Garantias funcionais dos assessores jurídicos:
  - a. Autonomia funcional e autonomia institucional: vinculação às manifestações dos órgãos superiores da Advocacia Pública.
6. Responsabilização dos assessores jurídicos por atuação em processos de licitação e contrato.
7. Atos de assessoramento e consultoria jurídicos.
8. Vinculação das manifestações de consultoria jurídica: parecer vinculante.
9. Pareceres referencias, orientações normativas internas e minutas padronizadas.
10. Temas objeto de manifestações jurídicas: necessidade de observância dos limites atinentes à discricionariedade dos gestores e a noção de juridicidade inerente ao princípio da legalidade.
11. Acompanhamento das demandas da Administração junto aos órgãos de controle: tribunais de contas e controladorias.
12. Aspectos relevantes do contencioso judicial em matéria de licitação e contrato:
  - a. Mandado de segurança e demais ações relevantes;
  - b. Ação trabalhista de responsabilidade subsidiária da Administração.
13. A defesa de agentes públicos pelo órgão de assessoramento jurídico.
14. Principais boas práticas constantes do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União.
15. As boas práticas de consultoria no âmbito das Empresas Estatais.

#### Parte 3 – Questões práticas sobre o parecer jurídico

*Renila Lacerda Bragagnoli*

1. Devo me ater apenas o despacho de encaminhamento?
2. O que constar no cabeçalho?
3. Como delimitar o objeto da consulta?
4. Quando usar parecer, nota ou despacho?
5. Qual o conteúdo da Cota?
6. Qual o binômio da análise consultiva?
7. O visto/assinatura nos documentos substitui o parecer jurídico?
8. Qual o prazo para emitir o parecer jurídico?

# CURSO COMPLETO SOBRE PARECER JURÍDICO

## INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

📅 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023

### Conteúdo programático

9. O parecerista pode fazer diligências?
10. A consulta apresenta mais de uma solução jurídica. E agora?
11. Eu não concordo com o objeto da consulta, como proceder?
12. Preciso me manifestar sobre mérito não jurídico?
13. Fiz parecer condicionante, devo conferir depois?
14. O entendimento da assessoria jurídica já é pacificado, mas eu tenho posição jurídica distinta, o que fazer?
15. O titular do órgão consultivo discorda da minha manifestação. Como proceder?
16. Quais cuidados formais incidentais devemos observar na elaboração de Pareceres?
17. O parecer jurídico deve observar as normas da ABNT?
18. O parecer jurídico deve observar a LGPD?
19. Quem é o parecerista?
20. Quais as prerrogativas do parecerista?

#### Parte 4 - Questões práticas-jurídicas sobre o parecer jurídico em licitações e contratos

*Renila Lacerda Bragagnoli*

1. É dever do parecerista analisar o ETP?
2. Há implicações jurídicas na análise do TR?
3. Como analisar juridicamente a pesquisa de preços?
4. Quais os limites jurídicos da qualificação técnica?
5. Tem a exigência de apresentação de amostra, e agora?
6. Há cuidados especiais na visita técnica/vistoria?
7. Item x lote x grupo = devo me manifestar?
8. Visita técnica: o que observar?
9. Consórcio: há peculiaridades?
10. A subcontratação devem ser objeto de análise jurídica?
11. A quem compete o enquadramento de bem/serviço comum para fins de pregão?
12. Devo observar as justificativas para adoção do SRP?
13. O jurídico e o carona no SRP, como analisar?

# CURSO COMPLETO SOBRE PARECER JURÍDICO

## INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

📅 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023

### Conteúdo programático

14. Ata x contrato: quais as semelhanças e diferenças?
15. Quais os requisitos jurídicos da dispensa em razão do valor?
16. O que caba analisar na dispensa emergencial?
17. A inexigibilidade de licitação: o parecer é meramente formal?
18. Como orientar o fiscal do contrato?
19. Como observar os limites dos termos aditivos de valor?
20. É possível o limite do aditivo ultrapassar 25%?
21. Quais os requisitos do reajustamento, repactuação e reequilíbrio econômico-financeiro?
22. Quando usar termo aditivo e apostilamento?
23. Quais os requisitos da instrução processual para alteração do contrato?
24. É papel do jurídico adentar na dosimetria da sanção?
25. Qual o papel do jurídico no procedimento sancionador?

CURSO ONLINE 100% AO VIVO

# CURSO COMPLETO SOBRE PARECER JURÍDICO

## INCLUINDO A ELABORAÇÃO, COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA

 30 de Novembro e 01 de Dezembro de 2023

### Programação geral



#### Data:

30 de novembro e 01 de dezembro de 2023



#### Horário:

das 8:30 às 17:30  
(horário de Brasília)



#### Carga horária:

16 horas de capacitação online



#### Reprise:

Possibilidade de rever as aulas gravadas

### Investimento

#### Plano individual

**R\$ 2.890,00** por pessoa

Conheça nossos planos diferenciados para maior número de acessos entrando em contato conosco.

### Pagamento

O respectivo pagamento será realizado em nome de  
**INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME**  
CNPJ nº: 27.883.894.0001-61



**Banco do Brasil**  
Agência: 4500-4  
C/C: 23875-9



**Caixa Econômica**  
Agência: 1632-2  
C/C: 00003797-8

**\*\* Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso online, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.

Cada link/senha de acesso à sala de aula virtual é exclusivo do aluno participante - não poderá ser compartilhado com terceiros. Também fica proibida a captação de som e imagens da aula e seu compartilhamento por quaisquer meios ou mídias.

**\*\* Requisitos para uma boa experiência com o curso:** - Computador: Processador i3 - 3Ghz - Memória: 4GB RAM - Browser: Chrome ou Internet Explorer - Banda larga: 3 Mega - conexão via cabo (preferencialmente) ou wi-fi.

A Inove Soluções em Capacitação não se responsabiliza por falhas e problemas de conexão dos equipamentos utilizados pelo usuário.